

Transição Para futuro ministro da Fazenda, estímulos à atividade devem vir da possível queda da taxa de juros

Expansão de gasto não vai ajudar economia agora, diz Haddad

Estevão Taiar e Lu Aiko Otta
De Brasília

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou ontem que realizar uma expansão fiscal, com uma ampliação excessiva dos gastos públicos, seria contraproducente e atrapalharia a economia neste momento. Na avaliação dele, estímulos à atividade econômica poderão vir de possíveis quedas de juros. Mas antes são necessárias duas medidas: que o governo eleito lide com o que Haddad chamou de "passivo" eleitoral deixado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL); e que indique uma trajetória sustentável para as contas públicas.

"Não estamos em um momento em que a expansão fiscal vai ajudar a economia", afirmou em entrevista à GloboNews. Para o futuro ministro, "não existe essa relação de que quanto mais eu gasto mais cresce" a atividade.

"Se houver espaço para estímulo, será o monetário. Se a gente puder fazer a transição, tem espaço para uma taxa de juros menor. Você tem que dar espaço para a autoridade monetária [BC]", disse.

De acordo com Haddad, "se a gente reestruturar esse passivo [eleitoral] e sinalizar a sustentabilidade [fiscal], você combina essas duas políticas (fiscal e monetária) e traz a taxa de juros para o patamar em que ela já poderia estar".

Em sua reunião realizada na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) manteve a Selic em 13,75% ao ano. Na ata referente à reunião, divulgada na terça-feira, o colegiado disse que "debateu de forma extensa os impactos de diferentes cenários fiscais sobre a inflação". Ele listou, por exemplo, "diferentes canais pelos quais a política fiscal pode afetar a inflação", como os "efeitos diretos na demanda agregada" e "também via preços de ativos, grau de incerteza na economia, expectativas de inflação e taxa de juros neutra". A taxa de juros neutra é aquela que não acelera e nem desacelera o crescimento da atividade.

O BC também disse que "a sustentabilidade da dívida" é um dos "fatores determinantes para uma política fiscal expansionista atingir os impactos almejados sobre a atividade econômica". Ainda afirmou que, em uma economia com

pouca ociosidade, "o impacto de estímulos fiscais significativos sobre a trajetória de inflação tende a se sobrepor aos impactos almejados sobre a atividade econômica".

A entrevista de Haddad foi concedida um dia depois de ele se reunir pela primeira vez com o presidente do BC, Roberto Campos Neto. O futuro ministro lembrou que é também a primeira vez que "um governo estreia sem nomear o presidente" da autoridade monetária, já que em 2020 foi aprovada, por lei, a independência do BC. Haddad classificou o encontro com Campos Neto como "muito proveitoso". Para o futuro ministro, caso Fazenda e BC trabalhem em sintonia, "é possível trazer a taxa básica de juros para um dígito", o que fará o Brasil "zarpar".

Citando cálculos da equipe de transição, o futuro ministro disse que gastos de até R\$ 150 bilhões acima do que está previsto no Orçamento do ano que vem representam "neutralidade fiscal". Já a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição prevê despesas "um pouquinho acima" desse patamar, com R\$ 145 bilhões para recomposição de despesas e até R\$ 23 bilhões que poderão ser direcionados a investimentos, caso haja excesso de arrecadação.

Segundo Haddad, o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) "tomou providências à revelia da área econômica" em 2022, com objetivos eleitorais. Ele disse, por exemplo, que o "desenho do Auxílio Brasil não foi feito para combater a fome, mas para maximizar votos". Também afirmou que a equipe de transição do governo eleito recebeu um ofício da atual administração "mandando retirar" 2,5 milhões pessoas do Cadastro Único, que serve como base para o pagamento de benefícios sociais.

"Estou falando de dezenas de bilhões de reais [de impacto fiscal] em cada um desses exemplos", afirmou.

Ele prometeu "anunciar no começo" de 2023 um panorama sobre o desperdício de recursos. "Já tenho diagnóstico bastante avançado das primeiras providências para tratar do dinheiro que está saindo pelo ralo", disse.

Durante a entrevista, que durou quase duas horas, Haddad também minimizou as mudanças realizadas pelo Congresso Nacional na Lei das Estatais na terça-fei-

ra. Segundo ele, diretores da Petrobras "que foram punidos e confessarem crimes se enquadram na Lei das Estatais", por exemplo. Na avaliação de Haddad, "o que combate a corrupção é órgão de controle com autonomia", como a Controladoria-Geral da União (CGU).

"Você precisa de controladoria forte, compliance forte", disse.

A respeito da política de preços da Petrobras, o futuro ministro afirmou que a "suavização é prática corrente" no mundo. Também disse que, "mesmo quando o petróleo subiu no começo da década [passada], nós conseguimos fazer uma política de preços que era absolutamente sustentável em relação aos acionistas, à distribuição de dividendos".

"Estamos pegando um momento interessante que é a queda do preço do petróleo", afirmou Haddad.

Outro ponto abordado por ele foi a necessidade de "destravar" as parcerias público privadas (PPPs), destacando que "às vezes" o que falta para que parcerias com o setor privado avancem é que o governo federal assuma "uma pequena contrapartida" para cobrir "parte da inadimplência", por exemplo. A própria nomeação do economista Gabriel Galípolo como secretário-executivo da pasta foi "muito em função disso", dada a experiência que o futuro número dois do Ministério da Fazenda tem na área.

Haddad afirmou que ainda pretende criar um conselho, com o objetivo de assessorá-lo na condução da pasta. Para grupo, pretende convocar dois integrantes do grupo de economia da equipe de transição e que chegaram ser cotados para compor o governo: Persio Arida e André Lara Resende.

Por fim, defendeu que é possível tirar lições econômicas dos dois primeiros mandatos do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Em linhas gerais, o primeiro mandato ficou marcado por políticas mais ortodoxas, que perderam força no segundo mandato.

"Não penso que Lula II desfez o Lula I, não é verdade", afirmou. "O melhor período de condução da política econômica [da história do Brasil] foram os dois mandatos do Lula."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 5